

RADAR

Educação terá pacote do governo

Quando for implementado o Pacote para o Desenvolvimento da Educação, também chamado de PAC da Educação, que prevê R\$ 8 bilhões extras para o setor até 2010, será a primeira vez que o governo federal realizará investimentos no ensino condicionados ao cumprimento de metas e a avaliações de desempenho de escolas municipais, estaduais e instituições federais. A iniciativa governamental é bastante polêmica, como se viu durante o Congresso do ANDES de Campina Grande.

Alguns especialistas na área educacional do centro do país, manifestaram simpatia pela idéia de repassar recursos com base em critérios de desempenho, pois o problema do Brasil não seria a quantidade de recursos, mas os resultados obtidos. Atualmente, os gastos totais com o ensino chegam a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com números da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), é um percentual próximo de países como Canadá, Estados Unidos e Coréia do Sul que gastaram, respectivamente, 5,2%, 4,8% e 4,3% do PIB com educação.

O professor Samuel Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas, em entrevista a um jornal do centro do país

diz que "é bom termos mais recursos, mas essa não é a questão principal do país". Para ele, um problema muito sério é a falta de responsabilidade final dos professores em relação a seus alunos e às escolas em que ensinam. Na análise de Pessoa, será difícil melhorar a qualidade do ensino se não forem modificados os instrumentos de avaliação e contratação de professores. "Não falta qualificação, mas sim comprometimento com a escola pública,

especialmente na educação", diz o professor da FGV. Outra ponderação é que a avaliação deveria ser feita em cada escola e não no município ou no Estado. Do contrário, os resultados podem camuflar problemas em algumas escolas, avalia Pessoa. Além disso, ele acredita ser importante premiar as que vão bem, para incentivar alunos e professores.

PROGRAMA- O programa para a Educação do país foi apresentado de forma preliminar pelo ministro

Fernando Haddad, na segunda, dia 12, em Brasília, ao presidente Lula. Alguns pontos preliminares adiantados pela imprensa prevêem que para a educação básica, a idéia é criar o Índice de Desenvolvimento da educação brasileira. Cada município e Estado receberiam uma nota de 0 a 10, em um índice que reuniria os resultados de uma avaliação já existente, a *Prova Brasil*, e números de repetência e evasão escolar. Assim, a distribuição de recursos poderá ser feita de acordo com as necessidades de cada município, medidas através desse índice.

Pelo novo plano de educação, o governo pretende criar uma bolsa para professores em programas de alfabetização de adultos e também estabelecer metas e prazos municipais para a redução do analfabetismo. Hoje, 10,9% da população com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever. Embora os gastos totais do país com educação tenham se mantido no patamar de 4% do PIB nos últimos anos, os recursos do MEC foram reduzidos. No último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério gastou R\$ 22,1 bilhões. Em 2005, último dado disponível, foram disponibilizados R\$ 20,4 bilhões, um recuo de 7,7%.



Congresso do ANDES manifestou contrariedade às políticas do MEC

Mais recursos

O professor da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, José Marcelino de Rezende Pinto, acha que o país precisa de mais investimentos nessa área. Ele conta que o Estado do Maranhão gasta, em média, R\$ 60 com um estudante por mês. Em São Paulo, onde a situação das escolas públicas é melhor, esse valor chega a R\$ 150. "É muito aquém do que custa uma mensalidade em uma boa escola particular. Daí se vê que falta dinheiro para a educação", diz.

Paulo Renato Souza, ex-ministro da Educação do governo FHC e deputado federal pelo PSDB de São Paulo, diz que o problema educacional é enorme e é preciso muito mais dinheiro para elevar o nível da educação brasileira. Um grupo de trabalho do MEC, formado em 2003, fez um cenário prevendo melhoria progressiva no padrão de gastos por aluno para o período de 2003 a 2011. E concluiu que o país deveria migrar do patamar de 4,3% do PIB para 8,1% para resolver os déficits educacionais do país. "Ainda estamos longe disso, mas pelo menos demos um passo nessa direção", diz Paulo Renato.

Como medir o conhecimento?

A liberação de recursos extras para o ensino com base numa avaliação de desempenho é bastante polêmica e divide opiniões, pois aproxima esse método aos parâmetros indicados pelo Banco Mundial. Para o professor aposentado do Centro de Educação da UFSM, e ex-diretor da SEDUFSM, Wilton Trapp, há muita dificuldade em se "medir o conhecimento". Acrescenta ainda que não bastam apenas "critérios estatísticos" para avaliar o desempenho de alunos e professores, mas sim, saber até que ponto a escola consegue gerar consciência.

O professor aposentado do curso de Economia da UFSM, atualmente ministrando aulas no Centro Universitário Franciscano, José Maria Pereira, acredita que "ninguém deve ter medo da avaliação." Segundo ele, é preciso solidificar no país a cultura de que "o dinheiro público deve ser bem empregado", e, para isso, é preciso que existam critérios de avaliação e desempenho.

Visão semelhante tem Naércio Aquino Menezes Filho, professor do Ibmec-São Paulo. Segundo ele, o principal avanço do programa é que "é a primeira vez que vamos usar os dados de provas e avaliações para implementar políticas e cobrar resultados dos investimentos".